

APRESENTAÇÃO

No mês dedicado à prevenção ao suicídio, campanha que teve início no Brasil em 2015 com o objetivo de conscientizar as pessoas sobre o tema, a Comissão de Saúde apresenta ao Ministério Público brasileiro este boletim, analisando a evolução da pandemia de COVID-19 no Brasil e o avanço da vacinação, bem como as atividades desenvolvidas no projeto de Saúde Mental nos MPs e em outras atuações.

Iniciamos este boletim com dados sobre a pandemia, com as tabelas de casos acumulados de COVID-19 por data de notificação e número de óbitos decorrentes da doença no país. Além disso, apresentamos dados do “Boletim Observatório Covid-19”, da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Durante o mês de agosto e início de setembro, foram realizadas reuniões com a Comissão da Saúde e pesquisadores da UFRGS, participação da conselheira Sandra Krieger no Webinário do Ministério Público de Pernambuco e a realização da 5ª Edição do Webinário “Diálogos Interinstitucionais em Saúde”, que tratou sobre planejamento familiar, violência contra a mulher, bioética e direitos fundamentais.

Logo após, no segmento Perspectivas do MP na Saúde, apresentamos breve artigo escrito pelo promotor de justiça do MPMG, Luciano Moreira Oliveira, “**Índices de mortalidade materna e infantil mostram deficiência na atenção primária à saúde e refletem disparidades regionais em Minas Gerais**”.

Visando garantir a mais plural participação dos integrantes do MP na disseminação de conhecimento, a Comissão da Saúde renova o convite a todos que quiserem participar das próximas edições do Boletim, mediante envio de artigos breves (máximo 3 páginas) ao correio eletrônico da Comissão, em ces@cnmp.mp.br.

A parte final deste Boletim contém um elenco de experiências positivas na área da saúde, exemplos bem sucedidos de atuação dos ramos e unidades do Ministério Público, como forma de reconhecimento da inovação e da resolutividade.

COVID-19 NO BRASIL

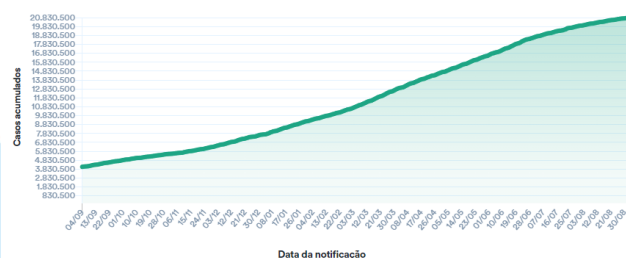
Começamos a análise pelo primeiro gráfico, “casos acumulados de COVID-19 por data de notificação”, que mostra os casos registrados da doença no período de 04/09/2020 a 30/08/2021, totalizando 20.830.500 de casos de infecções pelo novo coronavírus em todo o território nacional.

O segundo gráfico, “casos acumulados de COVID-19 por data de notificação”, indica, no mesmo período, o número acumulado de óbitos em decorrência da infecção, chegando à marca de 582.000 vidas

Agosto de 2021 – Nº26

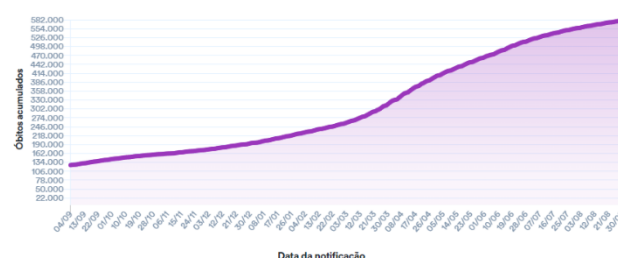
perdas em decorrência da patologia, conforme as informações prestadas pelas Secretarias de Saúde ao Ministério da Saúde¹.

Casos acumulados de COVID-19 por data de notificação



Fonte: Secretarias Estaduais de Saúde, Brasil, 2020

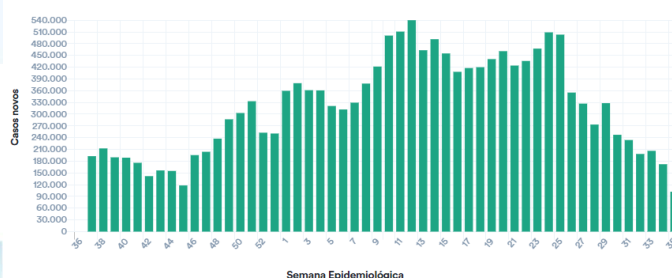
Óbitos acumulados de COVID-19 por data de notificação



Fonte: Secretarias Estaduais de Saúde, Brasil, 2020

Em relação ao número de novos casos de COVID-19 por semana epidemiológica de notificação, temos o gráfico abaixo, onde se verifica uma forte tendência de queda desses números a partir da semana 26 de 2021. A quantidade de novos casos na semana 35 de 2021 atingiu o menor número desde a semana 45 de 2020, com 101.890 casos notificados.

Casos novos de COVID-19 por Semana Epidemiológica de notificação



Fonte: Secretarias Estaduais de Saúde, Brasil, 2020

Segundo o “Boletim Observatório Covid-19”, da FIOCRUZ, pela décima semana consecutiva houve queda no número de óbitos. No entanto, o número de casos confirmados parece, após queda, oscilar, o que pode ser consequência da variação da aplicação de testes diagnósticos, bem como da ocorrência de surtos localizados, que podem, ao longo das próximas semanas, resultar em aumento de internações e óbitos. Apesar da tendência geral de redução no país, cinco estados (Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Goiás) e o Distrito Federal apresentam uma incidência ainda extremamente alta. De qualquer modo, é importante ressaltar que, mesmo com tendências de estabilidade ou redução na maioria dos estados, todos ainda se encontram em níveis altos de Síndromes Respiratórias Agudas Graves (SRAG)².

Agosto de 2021 – Nº26

Neste contexto, as vacinas e campanhas de vacinação e de orientação da população são fundamentais como medidas para o enfrentamento da pandemia. Segundo dados compilados pelo MonitoraCovid-19, considerando os adultos (acima de 18 anos), 82% dessa população foi imunizada com a primeira dose e 39% com o esquema de vacinação completo. Apesar de ainda ser necessário avançar na ampliação e aceleração da vacinação, este processo contribui para a importante tendência de redução da incidência e mortalidade, sendo notável o declínio no número absoluto de internações e óbitos em todas as faixas etárias².

1. <https://covid.saude.gov.br/>, acessado em 03/09/2021.

2. https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_covid_2021-semanas_33-34b-red.pdf, acessado em 03/09/2021.

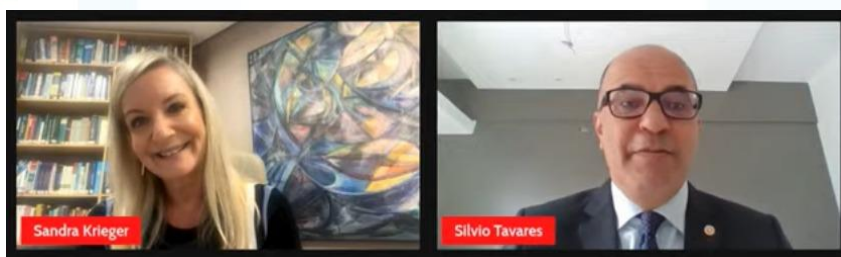
ATUAÇÃO DA COMISSÃO DA SAÚDE

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SAÚDE PARTICIPA DO WEBINÁRIO DO DIA NACIONAL DA SAÚDE DO MPPE

A Conselheira Sandra Krieger participou do Webinário Dia Nacional da Saúde – Bem Viver – Saúde Mental no Ministério Público, transmitida no dia 5/8/2021 pelo Ministério Público de Pernambuco. O objetivo do Webinário foi sensibilizar a instituição para a importância da identificação das questões referentes à saúde mental, obtendo-se um diagnóstico que viabilizará a estruturação de uma política eficaz de prevenção e cuidado com as pessoas, bem como fomentar na instituição ações de desdobramento para o Projeto Bem Viver.

O evento contou com a presença do Procurador-Geral de Justiça Paulo Augusto de Freitas Oliveira e do Coordenador do CAO Saúde Édipo Soares.

Confira em: <https://www.youtube.com/watch?v=gmQhbubmwsU>



Agosto de 2021 – Nº26

QUINTA EDIÇÃO DA SÉRIE DIÁLOGOS INTERINSTITUCIONAIS EM SAÚDE FOI TRANSMITIDA PELO CANAL DO CNMP NO YOUTUBE NO DIA 25/08/2021



Planejamento familiar, violência contra a mulher, bioética e direitos fundamentais foram os aspectos que permearam os debates do programa “Diálogos Interinstitucionais em Saúde: Reflexões Bioéticas e Políticas de Gênero”, transmitido nessa quarta-feira, 25 de agosto. A iniciativa é uma realização da Comissão da Saúde do Conselho Nacional do Ministério

Público (CES/CNMP), presidida pela conselheira Sandra Krieger.

Nessa edição, foram recebidas a advogada Lívia Callegari e as promotoras de Justiça Fabíola Sucasas e Juliana Felix, que também são membros auxiliares do CNMP. O debate girou em torno da recente notícia de que operadoras de planos de saúde passaram a exigir a autorização do cônjuge para a implantação de dispositivo intrauterino (DIU) em mulheres.

Em discurso de abertura, Krieger discorreu: “a conduta das operadoras surge, de forma paradoxal, em paralelo aos 15 anos da Lei Maria da Penha e a um cenário de reforço legislativo às normas de proteção à mulher. Este descompasso escancara uma realidade que não podemos ignorar: há muito a caminhar na direção da concretude dessas normas protetivas”.

Reflexões das convidadas

Segundo a advogada Lívia Callegari: “será que há alguma dúvida de que as mulheres são competentes e capazes para exercer a autonomia sobre seus direitos reprodutivos? As pessoas têm direito de decidir de forma livre e responsável se elas querem ou não ter filhos”.

Na sequência, Fabíola Sucasas estruturou sua fala em torno da transversalidade de gênero, dos movimentos sociais e da violência contra mulher, sobretudo em sua perspectiva simbólica. “O papel da mulher na procriação não deve ser causa de discriminação. A lei do planejamento familiar foi baseada e deve ser interpretada à luz da dignidade da pessoa humana enquanto fundamento da República”.

Agosto de 2021 – Nº26

Já Juliana Felix esclareceu que: “existem diversas formas de violência contra a mulher. Algumas formas são fáceis de serem detectadas, como a violência física, a violência patrimonial e a violência sexual. Há, porém, violências mais sutis, que chegam a ser imperceptíveis. Tais formas de violência, nas quais se insere a exigência de autorização marital para inserção de DIU, são frutos da nossa cultura machista e do pensamento misógino que existe em nossa sociedade, violando frontalmente o direito de autodeterminação reprodutiva da mulher”.



COMISSÃO DA SAÚDE SE REÚNE COM A PSIQUIATRA FORENSE MARIA CONCEIÇÃO KRAUSE

No dia 02 de setembro, a Comissão da Saúde se reuniu com a psiquiatra do IML/DF, Maria Conceição Krause, para tratar das iniciativas referentes ao mês de prevenção ao suicídio, conhecido como Setembro Amarelo. A equipe alinhou com a psiquiatra possíveis eventos para tratar do assunto, como prevenção, posvenção, preconceito com o tema dentro das instituições, sinais de alerta, dentre outros aspectos. A reunião contou com a presença dos membros auxiliares Jairo Bisol, Marcelo de Oliveira Santos e Rafael Meira Luz.



Agosto de 2021 – Nº26

PESQUISA SOBRE SAÚDE MENTAL NOS MPs ENTRA NA RETA FINAL

A Comissão de Saúde se reuniu no dia 02 de setembro com os pesquisadores da FAURGS para alinhamento da etapa final da pesquisa sobre saúde mental. A pesquisa encontra-se na fase de análise dos dados coletados no questionário que foi disponibilizado aos colaboradores dos MPs durante os meses de julho e agosto. Foram apresentados resultados parciais e ajustados alguns detalhes relevantes para a conclusão da pesquisa. Participaram da reunião os membros auxiliares da CES: Marcelo de Oliveira Santos, Rafael Meira Luiz e Jairo Bisol, além dos pesquisadores Janine Kieling Monteiro, Jeferson Guimarães Borges Silveira, Luísa Torres, Marlon Freitas de Campos, Renato Koch Colomby, Silvia Generali da Costa, Jaqueline Tittoni e Thiele da Costa Muller Castro.



PERSPECTIVAS DO MP NA SAÚDE

Índices de mortalidade materna e infantil mostram deficiência na atenção primária à saúde e refletem disparidades regionais em Minas Gerais

Agosto de 2021 – Nº26

Estratégias desenvolvidas pelo Ministério Público de Minas Gerais visam reduzir óbitos, a maioria deles evitáveis, a partir da mobilização gestores municipais e da população das regiões com piores índices

Luciano Moreira de Oliveira

A razão de mortalidade materna (RMM) e a taxa de mortalidade infantil (TMI) são indicadores utilizados para avaliar não apenas a qualidade da atenção à saúde de gestantes e de crianças de até 1 ano de idade, como também para avaliar a disponibilidade de serviços de saúde, a qualidade deles e o bem-estar de uma população.

Reduzir a mortalidade materna para menos de 70 mortes por 100 mil nascidos vivos e acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, até 2030, estão entre as metas do Objetivo 3 – Saúde e Bem-Estar, da Agenda 2030: um compromisso adotado em setembro de 2015 por 193 estados membros da ONU, dentre os quais, o Brasil.

Em Minas Gerais, o Plano Estadual de Saúde de Minas Gerais vem registrando uma queda contínua da TMI. O mais preocupante, porém, são as disparidades regionais, que chamam a atenção para uma atuação dos órgãos e instituições responsáveis.

Segundo a Comissão de Prevenção à Mortalidade Materna, Infantil e Fetal da Secretaria Estadual de Saúde (CEPMMIF), a TMI no Estado, em 2019, foi de 11,45 óbitos por mil nascidos vivos. No entanto, ao passo que na região abrangida pela área da Superintendência Regional de Saúde (SRS) Pouso Alegre, o indicador ficou limitado a 8,13, na área da SRS Teófilo Otoni, o número foi de 15,29.

Por sua vez, a RMM foi de 44,38 em 2019. No entanto, no triênio 2017-2019, o índice foi de 23,66 na SRS Patos de Minas contra 87,33 na SRS Governador Valadares, refletindo, uma vez mais, as grandes desigualdades regionais no estado.

Um agravante a ser observado neste momento é o impacto que a pandemia do coronavírus deve ter na RMM, uma vez que as gestantes integram o grupo de risco para a COVID-19. E, de fato, infelizmente, dados preliminares mostram a maior letalidade da doença para essa população.

Além das disparidades regionais, um dado que impressiona é a proporção desses óbitos que poderiam ser evitados. Segundo os últimos relatórios do CEPMMIF, em 2019, 64% dos óbitos infantis ocorreram por causas evitáveis e 91% dos óbitos maternos ocorreram por causas evitáveis ou potencialmente evitáveis.

Longe, portanto, de se tratar de fatalidades, são casos claros de violações de direitos fundamentais à saúde e à vida, que revelam falhas de políticas públicas e graves fragilidades no sistema de saúde.

Agosto de 2021 – Nº26

Em grande parte, esses óbitos de mulheres e de crianças poderiam ter sido evitados com o acesso de qualidade à atenção pré-natal realizada na Atenção Primária à Saúde, conjunto de serviços realizados, principalmente, pelas Equipes de Saúde da Família (ESF) nos municípios.

Para o Ministério da Saúde, é necessário que as gestantes realizem ao menos seis consultas pré-natal, sendo a primeira até a 20ª semana de gestação. Dos 32 municípios da SRS de Teófilo Otoni, apenas cinco alcançaram a meta de realização de seis consultas pré-natal por pelo menos 60% das gestantes, sendo a primeira consulta até a 20ª semana de gestação. No caso de Governador Valadares, só sete dos 51 municípios atingiram a meta.

Mais do que as violações aos direitos à vida e à saúde, faz-se presente um inadmissível déficit de cidadania. Além dos óbitos inaceitáveis, são incontáveis e ficam ocultadas as falhas de acesso, os adoecimentos evitáveis, os sobreviventes com sequelas, a pobreza e a privação de condições dignas de vida.

Diante dessa realidade, o Ministério Público de Minas Gerais está executando em seu Plano Geral de Atuação 2021 um projeto com ênfase no fortalecimento da atenção primária à saúde com vistas a mobilizar os gestores públicos a cumprirem a obrigação de assegurar equipes completas de ESF e a efetiva disponibilidade dos profissionais nas unidades de saúde.

Ainda, com o apoio do Ministério da Saúde, inicia-se um projeto piloto de Estratégia de Enfrentamento à Mortalidade Materna e Infantil nas áreas das SRS Teófilo Otoni e Governador Valadares. O projeto tem por escopo promover práticas que melhorem o acesso e a qualidade ao atendimento pré-natal, com foco na captação precoce das gestantes e a realização mínima das consultas pré-natal, dentro dos parâmetros definidos pelo Ministério da Saúde.

Não podemos assistir passivamente ao adoecimento e à morte de mulheres e crianças por doenças que poderiam ser evitadas a custos mínimos, por meio do diagnóstico e tratamento de doenças durante a gravidez. Sensível a essa realidade o MPMG convoca os poderes públicos e toda a sociedade mineira a abraçarem essa causa, tão nobre quanto urgente.

* Luciano Moreira de Oliveira é Promotor de Justiça em Minas Gerais, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde – CAO-Saúde. Especialista em Direito Sanitário pela Escola de Saúde Pública de Minas Gerais. Mestre em Saúde Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutorando em Direito Público pela Universidade de Coimbra, Portugal.



Agosto de 2021 – Nº26

BOAS PRÁTICAS NA SAÚDE

MPM CONTA COM VÁRIOS PROJETOS VOLTADO À SAÚDE MENTAL

Programa Mente Aberta - tem por objetivo desenvolver ações de saúde mental que visam a promoção de saúde, a prevenção de agravos à saúde mental e a assistência psicológica e social aos Membros, servidores e seus dependentes. As ações envolvem Campanhas (Tabagismo, Setembro Amarelo, Abril Verde...), publicações sobre Saúde Mental na Página Click-saúde (em parceria com ASCOM), Atendimento e Acompanhamentos Psicossociais de pacientes e ações psicoeducativas em parceria com DGP para sensibilização em temas de Saúde Mental (curso: "Saúde Mental para Gestores", curso EAD: "Saúde mental: reflexões e desafios", entre outros).

Programa Sempre Juntos - se propõe a acolher e acompanhar membros e servidores com licenças prolongadas para tratamento de saúde (iguais ou superiores a 30 dias), visando: oferecer acolhimento e apoio ao público alvo do Programa; contribuir para criar ou fortalecer a sensação de pertencimento ao MPM e ampliar as condições de saúde no retorno ao trabalho. Mapeamento de risco psicossocial no ambiente de trabalho no EPS - prevê o mapeamento dos riscos psicossociais no ambiente de trabalho e a busca ativa por meio da aplicação de instrumento validado, inserido no Programa de Exame Periódico de Saúde do MPM. Essa ação está temporariamente suspensa devido às limitações impostas pela Pandemia da COVID-19. Contam ainda com ações de saúde mental inseridas em programas multidisciplinares ou intersetoriais conforme a seguir: Página Click-saúde - Página eletrônica do DAS, com informações, reflexões, vídeos, textos, notícias e demais conteúdos sobre saúde em geral, incluindo Saúde Mental.

Programa de Acompanhamento Funcional (PAF) - realizado em parceria com o DGP. Visa oferecer suporte multidisciplinar aos gestores, aos servidores e à Instituição, para resolver situações de comprometimento do desempenho funcional geradas por dificuldades profissionais, sociais, relacionais, físicas ou mentais, desencadeadas ou não pelo trabalho, visando à melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Proergo-MAP - Corresponde à etapa 1 do Programa de Ergonomia, o qual é realizado em parceria com a Seção de Enfermagem/DAS. Visa produzir, a baixo custo, um mapa que retrata os principais itens de conforto e desconforto físico e psicossocial em relação às condições de trabalho no MPM, abrindo espaços de discussão nas equipes, para promover a prevenção de doenças por motivos ergonômicos com a construção coletiva de soluções, o enfrentamento de problemas em fases iniciais.

Agosto de 2021 – Nº26

Proergo-AÇÃO – Corresponde à etapa 2 do Programa de Ergonomia também, o qual é realizado em parceria com a Seção de Enfermagem/DAS. Prevê a realização de atividades de orientação ergonômica e psicossocial para ajustes dos espaços e postos de trabalho, bem como orientações relativas aos ajustes da postura de trabalho e pausas, buscando contribuir para a melhoria da qualidade de vida no trabalho. As atividades de orientação podem ser realizadas, individualmente ou em equipe, in-loco, no DAS ou à distância.

Programa Viver Saudável - realizado em parceria com a Divisão de Atenção Médica. Prevê trabalho de educação em saúde e mediação psicossocial de espaços de discussão voltados para o desenvolvimento e aquisição de hábitos saudáveis por parte de servidores e membros do MPM, visando à prevenção de fatores de risco para doenças metabólicas.

MPSC desenvolve projeto voltado à atenção à saúde

O Ministério Público de Santa Catarina vem desenvolvendo o projeto “De olho no bem-estar”, com a equipe da Gerência de Atenção à Saúde (GESAU) e em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional. Até agora, foram transmitidas ao vivo cinco palestras sobre atenção à saúde e a importância da integração durante o isolamento social, sobre os desafios do retorno ao trabalho presencial, ergonomia no trabalho remoto, esclarecimentos sobre as vacinas contra a covid-19 e os pilares do bem-estar psíquico.



equipe da Gerência de Atenção à Saúde (GESAU) e em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional. Até agora, foram transmitidas ao vivo cinco palestras sobre atenção à saúde e a importância da integração durante o isolamento social, sobre os desafios do retorno ao trabalho presencial, ergonomia no trabalho remoto, esclarecimentos sobre as vacinas contra a covid-19 e os

Na última live, realizada no dia 07 de maio, a médica psiquiatra Vanessa Leal explicou que nossas emoções, saúde física e conexões sociais nos ajudam a lidar melhor com obstáculos inesperados. "Ao assumirmos uma postura proativa de melhorar ou manter nosso bem-estar psíquico, podemos assegurar que teremos vidas saudáveis, produtivas e significativas. Quanto mais soubermos sobre o bem-estar, mais equipados estaremos para começar a melhorar nossa saúde a partir dessa perspectiva", afirma. O objetivo do projeto é auxiliar os integrantes do Ministério Público de Santa Catarina a compreender quais áreas merecem maior atenção para o alcance do bem-estar.

MPDFT apresenta treinamento para ajudar a controlar a ansiedade

A Assessoria Especial de Promoção da Saúde e Qualidade de Vida do MPDFT (Apres) oferece vagas para treinamento e manejo da ansiedade. As aulas são em formato virtual, com metodologia

Agosto de 2021 – Nº26

psicoeducativa e vivencial, para ajudar membros e servidores a compreenderem as causas, conhecer seu perfil pessoal e aprender estratégias para o controle da ansiedade.



"Em pesquisa da OMS divulgada em 2017, o Brasil foi apontado como o país mais ansioso do mundo. Com o surgimento da pandemia e as medidas adotadas para contê-la, estima-se que esse número tenha aumentado. Além disso, ao longo do último ano, a Apres percebeu o aumento de demanda por tratamento nessa área. Diante desse cenário, com o objetivo de contribuir para a promoção da saúde mental dos integrantes do MPDFT, a Apres desenvolveu esta iniciativa", explica a psicóloga da Apres Paula Braga.

Confira em:

<https://intranet.mpdft.mp.br/portal/index.php/servi%C3%A7os/com/not%C3%ADcias/noticias-em-destaque-teste/novo-treinamento-ajuda-a-controlar-a-ansiedade>

A Comissão da Saúde reitera o compromisso institucional de agir focada na unidade do Ministério Público Brasileiro, na promoção e fomento de atuações coordenadas e resolutivas, em sintonia e respeito à independência funcional dos membros da instituição, colocando-se à disposição para auxiliar nas questões que se mostrarem necessárias, por meio de seu e-mail ces@cnmp.mp.br.

Elaborado por

COMISSÃO DA SAÚDE

Sandra Krieger Gonçalves (*Presidência*)

Rafael Meira Luz, Marcelo de Oliveira Santos e Jairo Bisol (*Membros Auxiliares*)

Cristiane Capita, Líbia Rodrigues e Carla Moreira (*Servidores*)